



A ADMINISTRADORA DO LAGO SUL, NATANRY OSÓRIO, É CONTRA O PROJETO: AGRESSÃO À COMUNIDADE E AO MEIO AMBIENTE

Comércio no Lago Sul

DA REDAÇÃO

Nova polêmica no Lago Sul. Deputados distritais aprovaram, em primeiro turno, projeto que permite comerciantes abrir negócios em áreas residenciais do bairro. Para tanto, será necessário a aprovação de 75% dos vizinhos. Contrários à decisão, moradores afirmam que opinião da comunidade não foi levada em conta. O assunto volta ao plenário hoje.

Boa parte dos cem comerciantes que já mantêm negócios nas quadras residenciais do Lago Sul, e outros interessados em fazer o mesmo, foi ao plenário da Câmara, ontem à tarde, acompanhar a votação do projeto de lei 353/2003. Representantes de escolas, clínicas médicas, academias de ginástica e salões de beleza vibraram quando os distritais aprovaram, por unanimidade, a proposta do deputado Izalci Lucas (PFL).

Caso a proposta passe na Câmara, o que será decidido em caráter definitivo hoje à tarde, os comerciantes estarão a um passo de regularizar sua situação. Será preciso apenas obter a aprovação de 75% dos moradores da rua onde o comércio está localizado e garantir área de estacionamento que não obstrua o acesso dos vizinhos às casas. Cumpridas as exigências, quem se instalou em área residencial

“NÃO ACREDITO QUE A CÂMARA PASSOU POR CIMA DE NOSSA VONTADE”

*Valdir Espinheira do Carmo,
professor e morador da QI 21 do Lago Sul*

antes de 29 de julho de 2002 terá direito a renovar o alvará de funcionamento do comércio.

“Esse projeto é o resultado de uma ampla discussão com a sociedade. Realizamos quatro audiências públicas para debater a proposta. Não dá mais para reverter a realidade dos comércios instalados em meio às casas”, disse o deputado Izalci Lucas. “Trata-se de uma solução para a crise econômica, que vai gerar 4 mil empregos diretos.”

A justificativa não agradou alguns moradores do lugar, que sentiram-se traídos com a aprovação do projeto. “A graça de Brasília é você sair de casa e ir ao comércio e não ele ficar em cima de você, no meio das casas, como em outras cidades. Moro aqui porque o Lago Sul te dá essa tranquilidade”, protestou o aposentado carioca Antônio Carlos de Paula, morador da QI 5 há 23 anos.

“A associação de moradores fez diversas reuniões. Em todas,

ficou muito claro que a comunidade é contra isso. Não acredito que a Câmara passou por cima de nossa vontade”, reclamou o professor Valdir Espinheira do Carmo, morador da QI 21. Ele viveu a experiência de ter uma clínica instalada na sua rua. “Começou como clínica de estresse, mas virou de recuperação de dependentes químicos. O movimento de carros era insuportável, os doentes ficavam pedindo dinheiro para os moradores”, lembra. “Um rapaz invadiu meu carro para pegar as moedinhas que estavam à vista. Ele cuspiu no meu olho. Foi tanto problema que nos unimos e impedimos a renovação do alvará de funcionamento deles.”

A administradora do Lago Sul, Natanry Osório, criticou os deputados da base governista. “Essa proposta não traz benefício algum à comunidade do Lago Sul. Só tristeza, insegurança e intranquilidade. A aprovação é uma clara demonstração de falta de seriedade, compromi-

so e amor a Brasília. Além disso, a proposta é inconstitucional.”

A administradora explica que o Lago Sul está sobre duas áreas de proteção ambiental: a do Paranoá e a Gama-Cabeça de Veado. Assim, ao transformar áreas verdes em estacionamentos, os comerciantes agrediriam o meio ambiente. Natanry lembra ainda a existência de um conselho gestor da APA do Paranoá. “É obrigatório que ele aprove qualquer alteração no zoneamento do bairro. Mas ele sequer foi consultado”, alerta.

Muro

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa aprovou ontem outra alteração no Lago Sul: o projeto de lei 249/2003. A proposta da deputada Eliana Pedrosa permite aos moradores cercarem suas casas com muros ou grades — e não apenas com cercas-vivas, como ocorre hoje. O cercamento, no entanto, não pode ultrapassar a altura de 2,8m e deve ter transparência visual mínima de 50% na parte da frente do lote. Para a deputada, o projeto normatiza o muramento, sem prejuízo à paisagem urbana e com melhoria da privacidade dos moradores. “Isso é o mesmo que fazer de cada casa uma estufa. O que terá reflexo na qualidade do ar e na vida do Lago Sul. É uma lei inócua”, critica a administradora Natanry Osório.